

Crise e Terror no Brasil¹

Lincoln Secco

Professor de História Contemporânea
Universidade de São Paulo

¹ O texto segue a exposição oral pronunciada em 18 de novembro de 2015, por ocasião do Colóquio “Gramsci: a centralidade da política”, realizado no prédio de Filosofia e Ciências Sociais da Universidade de São Paulo.

Crise e Terror no Brasil

Resumo: O artigo aborda a crise política contemporânea no Brasil adotando como ponto de partida junho de 2013. Busca-se explicar o que levou setores das classes subalternas brasileiras às ruas, tendo como hipótese o esgotamento da disputa por hegemonia tal qual levado a cabo pelo PT em momento anterior e a ocupação deste lugar pelos chamados “novíssimos movimentos sociais”. As respostas à crise pelas classes dominantes, em especial a lei antiterrorismo e de modo geral a criminalização desses movimentos, é pensada como problema fundamental para pensar o futuro da esquerda.

Palavras-chave: 1. Classes subalternas; 2. Movimentos sociais; 3. Crise política.

Crisis and Terror in Brazil

Abstract: This article deals with the contemporary political crisis in Brazil and adopts as a fundamental starting point the events of June 2013. We aimed to explain what led sectors of the Brazilian subaltern classes to the streets, based on the hypothesis of the depletion of the dispute for hegemony as was accomplished by PT in a prior moment and the occupation of this place by the so-called “brand new social movements”. The answers to the crisis by the ruling classes, especially the anti-terrorist law and generally the criminalization of these movements, is thought as a fundamental issue to think about the future of the left.

Keywords: 1. Subaltern classes; 2. Social movements; 3. Political crisis.

Falar da crise atual é pisar em um terreno movediço. Penso que nós estamos diante de um momento ímpar da história do Brasil, ainda que seja arriscado dizer isso. Trata-se de uma crise cuja componente política fundamental apareceu de fato em junho de 2013, quando houve o início de uma inclinação para baixo da popularidade de várias instituições políticas, dos políticos profissionais e da pequena política comum em períodos “normais”, inclinação que deságua neste momento em uma crise de governo decorrente do fato, entre outros elementos, do PT ter assumido o programa da oposição e da oposição votar contra seu próprio programa. Nesta situação esdrúxula, bizarra, doentia, apareceu uma terceira força que supostamente deveria suplantar as anteriores, mas esta terceira força é o PMDB, um partido desprovido de ideias (que, inclusive, recentemente comprou seu programa). Trata-se, então, de uma situação de difícil análise. Eu diria que seria mais importante tentar entender o que aconteceu antes de 2013 e levou ao início desta crise.

Quem mais se movimentou na infraestrutura da sociedade civil desde a posse do governo Lula foram o que Antonio Gramsci chamaria de classes subalternas. Eu lembraria que o subalterno – como conceito – não se confunde necessariamente com o subproletário² ou o proletário de Karl Marx. Ele incorpora outras dimensões culturais – de gênero, étnicas – e este subalterno sempre se organiza esporadicamente, de maneira intermitente. Gramsci (2002) fala muito sobre isso em seu conhecido *Caderno 25*. O subalterno é a periferia das classes dirigentes, estas entendidas não apenas como classes dominantes, mas como o próprio proletariado organizado que disputou – ou deveria ter

² Marx já havia estabelecido uma minuciosa estratificação dos subproletários. Eles tinham uma relação intermitente com o trabalho produtivo e se definiam também pela sua condição de vida fora da fábrica, ou seja, como exército de reserva de mão de obra ou como parte de uma das categorias da superpopulação relativa.

disputado – a direção dessa dimensão do subalterno que apareceu mais nos últimos 10 ou 15 anos.³

Em primeiro lugar, desde a posse do governo Lula, em 2002, esgotou-se definitivamente a estratégia de acúmulo de forças desenhada pelo PT nos anos 1980, caracterizada no V Encontro de 1987 como uma disputa de hegemonia que tinha por centro a conquista da Presidência da República. O fim desta estratégia, por sua vez, também esgotou o papel que o PT tinha, especialmente no início dos anos 1980, de absorver – por meio de uma forma federativa e aberta – os impulsos não só da classe operária rebelde do ABC paulista e da grande São Paulo, mas também da subalternidade que se expressava de forma autônoma em várias regiões do Brasil. Eu me refiro, entre outros exemplos, ao fato do partido ser formado pelos núcleos de base com peso grande pelo menos até 1984. O PT foi deixando de cumprir este papel e, ao se tornar governo, isso se esgota definitivamente.

Esse trabalho de base passou a ser feito por outros movimentos sociais e cito aqui o exemplo do Movimento Passe Livre (MPL). O MPL apanha a tarifa zero, bandeira histórica do PT que Luiza Erundina tentou implantar quando era prefeita de São Paulo. O MPL – como outros movimentos – passou a simbolizar aquilo que o PT não fazia mais. Essa atuação permaneceu invisível para muita gente, não era um tipo de trabalho de base conhecido, mas existia Brasil afora. Isso parece pequeno, mas foi responsável por acender a faísca de “junho de 2013”. Eu compartilho da ideia de Caio Martins Ferreira, ex-membro do MPL, de que este movimento foi uma espécie de espelho invertido do PT. Foi a contraparte daquilo que o partido não fazia mais e em 2013, o PT se viu neste espelho.

Por outro lado, os acontecimentos de junho de 2013 de certa forma exibem o fim da estratégia do acúmulo de forças e também a destreza tática dos

³ Gramsci não abandonava a centralidade operária definida pela inserção nas relações de produção capitalistas. A subalternidade era uma dimensão *acrescentada* que permitia entrecruzar as diversas formas de sujeição de trabalhadoras e trabalhadores em sentido amplo. Abria-se a perspectiva para futuros estudiosos de compreender a opressão de gênero, étnica, regional, linguística, da homossexualidade e outras tantas sem esquecer a de classe. A subalternidade aparecia sempre desagregada e episódica porque as tendências para a unificação dos diversos protestos populares eram sempre rompidas a partir de cima por repressão e cooptação. Os subalternos seriam uma “função desagregada e descontínua da sociedade civil”.

novíssimos movimentos sociais e a dificuldade organizativa permanente do subalterno. Por um lado o excesso da tática, por outro o fim da estratégia. Sobrou só a tática. As elites políticas dominantes no Brasil respondem a essa crise de junho de 2013, primeiramente, com a criminalização seletiva do PT, produto inclusive das escolhas feitas pelo próprio partido. Em segundo, e até mais importante, é a criminalização dos novíssimos movimentos sociais. Toco neste problema pois se existe algum futuro de um ponto de vista de esquerda, independente das formas institucionais, ele se conecta a esses movimentos.

Essa criminalização se exibiu já em junho 2013, todos puderam ver o que aconteceu no Rio de Janeiro, São Paulo e outras cidades. A partir daí andar com garrafa d'água na rua, portar um livro, passou a ser perigoso. O Projeto de Lei antiterrorismo surge em 2013. Agora, diante desta crise, o governo – em sentido amplo e não apenas a Presidência da República – dá uma dupla resposta que é favorável às classes dominantes: o Pacote Fiscal⁴ e a lei antiterrorismo. Esta podia não parecer algo muito grave naquele momento. Ao contrário do Pacote Fiscal, seus efeitos não são imediatos mas eles serão importante nos próximos anos.⁵

Para concluir esta exposição, farei uma analogia com um discurso de Antonio Gramsci como deputado na Itália, um discurso contra a lei proposta pelos fascistas em 1924 que proibia a existência de sociedades secretas na Itália. O argumento do Partido Fascista era de que lei serviria para acabar com a maçonaria. Em uma sessão na qual o discurso de Gramsci foi interrompido várias vezes por Benito Mussolini, Gramsci argumentou que esta lei era na verdade o coroamento de uma estratégia de extermínio de toda a oposição na Itália. Ele mostrou que *primeiro eles prendiam sindicalistas, membros do Partido Socialista e comunista e queimavam lojas maçônicas. Depois propunham uma lei contra as sociedades secretas*. Mussolini responde: “Fizemos o mesmo que na

⁴ No início de 2017 sabe-se que a agenda do governo golpista vai muito além de um “pacote” conjuntural. Ultrapassando os limites que a Lei de Responsabilidade Fiscal já impunha a uma política econômica desenvolvimentista, aprovou-se a lei do teto dos gastos públicos por vinte anos. Vislumbra-se ainda uma reforma da previdência regressiva.

⁵ Trata-se de uma lei que até os primeiros meses do governo golpista foi muito menos utilizada do que previam os movimentos sociais. A Democracia Racionada que impera no Brasil permite que se invoque a legislação ordinária para punir atos políticos tipificados como se fossem crimes comuns.

Rússia”. Ele argumentava que a ditadura e a violência na Itália representavam as necessidades de uma Revolução. O debate continuou:⁶

“Antonio Gramsci: Na realidade o aparelho policialesco carcerário do Estado considera já o Partido Comunista como uma organização secreta.

Benito Mussolini: Não é verdade.

Antonio Gramsci: No entanto prendem-se sem nenhuma acusação específica quem se encontra numa reunião de três pessoas, somente porque é comunista e se o joga no cárcere.

Benito Mussolini: Mas são logo encarcerados. Quantos estão no cárcere? Nós os pescamos simplesmente para conhece-los.

Antonio Gramsci: É uma forma de perseguição sistemática que antecipa e justifica a aplicação das novas leis. O fascismo adota os mesmos sistemas de governo de [Giovanni] Giolitti. Faz como faziam no sul os representantes giolittianos que prendiam os eleitores de oposição... para conhece-los.

Uma voz: É um caso isolado. O senhor não conhece o sul.

Antonio Gramsci: Sou meridional!

Benito Mussolini: A propósito de violência eleitoral eu lhe recorde um artigo de [Amadeo] Bordiga⁷ que a justifica plenamente.

Greco Paolo: O senhor, honorável Gramsci, não leu aquele artigo.

Antonio Gramsci: Não as violências fascistas, mas as nossas. Nós estamos seguros de representar a maioria da população, de representar os interesses mais essenciais da maioria do povo italiano; a violência proletária é progressiva e não pode ser sistemática. *A vossa violência é sistemática e sistematicamente arbitrária porque vocês representam uma minoria destinada a desaparecer*” (ver GRAMSCI, 1997, p. 31-32. Grifos adicionados).

⁶ Vale a pena citar certas passagens do debate que revelam as minúcias não de um Estado Fascista, mas ainda de um processo de fascistização em curso. É o processo em que as mínimas garantias legais são asseguradas na lei, porém violadas *ad hoc*.

⁷ Amadeo Bordiga havia sido Secretário Geral do Partido Comunista da Itália.

Nas muitas vezes em que é interrompido, Gramsci é lembrado pelos fascistas de que a lei visaria a maçonaria e não os comunistas. Ao contrário, Gramsci chama atenção, em sua fala, para o fato de que o problema não seria a lei, mas o fato desta representar uma escalada rumo à ditadura total de Mussolini.

Trata-se aqui de estabelecer uma analogia, pois não vivemos uma situação idêntica ao fascismo italiano. Vivemos no Brasil uma espécie de democracia racionada, na qual os crimes políticos não existem mais (assumem o nome de corrupção, vandalismo, atentado “contra coisas”) e são configurados como terrorismo porque causam pânico na sociedade. Ouvimos juristas dizer que os juízes saberão interpretar a lei no momento de sua aplicação e saberão diferenciar o atentado terrorista dos protestos políticos.

Não é assim que está ocorrendo em boa parte do mundo e não será assim no Brasil, não tem sido assim desde junho 2013. Trago para esta discussão a questão da Lei antiterrorismo porque esta questão pode ser até mais desastrosa para a esquerda no futuro do que o próprio Pacote Fiscal. Não acredito que o Brasil possa passar dez anos em recessão, embora a insolência dos golpistas seja considerável, mas podemos passar dez ou vinte anos submetidos a uma lei cujo único paralelo anterior foi a Lei Celerada que Washington Luís usou no fim dos anos 1920 para destruir as sedes de organizações anarquistas e comunistas.

Esta talvez seja o efeito da crise mais importante para as novas organizações que pretendem continuar o trabalho de base que a velha esquerda tradicional não faz mais.

Referências bibliográficas

- GRAMSCI, A. *Contro la legge sulle associazione segrete*. Roma: Tomacelli, 1997.
_____. *Cadernos do Cárcere*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2002. v. 5.